



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - 7º B - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

EDITAL PREGÃO Nº 25/2023

ATENÇÃO

Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0006593-49.2023.4.04.8000

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, UASG 090030, a seguir denominado TRF4, por intermédio do Núcleo de Licitações e Contratos, torna pública, a todos os interessados, a realização do **Pregão n.º 25/2023**, pelo critério de julgamento de menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, visando à contratação do objeto abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006 e demais normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital. No **dia 28/11/2023, às 14 horas (horário de Brasília)**, na unidade supracitada, no 7º andar do Prédio Administrativo, à Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90010-395, será realizada a sessão pública *on-line* por meio do Portal de Compras do Governo Federal, através do endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de telefones VOIP de mesa, VOIP WI-FI e licenças 3RD-PARTY-SYP-EXTENSION - compatível com central telefônica Mitel, do tipo híbrido MX ONE - versão 7.0, para habilitação e funcionamento dos aparelhos junto à central do TRF4, em conformidade com o Anexo 1 - Termo de Referência, deste Edital.

1.1.1. Os sistemas da central telefônica utilizam a rede estruturada de cabeamento UTP e switches com tecnologia PoE nos prédios Sede (torres Judicial e Administrativa) e Anexo do TRF4, situados, respectivamente, na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha n.º 600 e Rua José Ibanor Tartarotti n.º 170, ambos no bairro Praia de Belas, em Porto Alegre-RS.

1.1.2. É prevista a aquisição dos seguintes quantitativos, que deverão ser entregues no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data de assinatura do contrato:

1.1.2.1. Item 1 - 340 (trezentos e quarenta) telefones VOIP;

1.1.2.2. Item 2 - 60 (sessenta) telefones VOIP WI-FI;

1.1.2.3. Item 3 - 400 (quatrocentas) licenças 3RD-PARTY-SYP-EXTENSION - compatíveis com central telefônica MX ONE - versão 7.0, para habilitação, ativação e funcionamento dos aparelhos telefônicos junto à central telefônica do TRF4.

1.2. Poderá ser solicitada à licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar amostra de um conjunto completo de qualquer dos itens especificados no Termo de Referência (Anexo I), para apresentação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação feita pelo pregoeiro no *chat* ou por qualquer das formas previstas neste Edital.

1.2.1. A empresa que se recusar a apresentar a amostra porventura solicitada ou cuja amostra apresentada não atenda às exigências do Edital, será desclassificada.

1.3. Quaisquer danos causados às instalações do prédio ou a terceiros, em decorrência dos objetos, serão de responsabilidade da licitante vencedora, que deverá repará-los, sem ônus para o TRF4.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.5. O orçamento estimado desta contratação, embora presente nos autos, possui caráter sigiloso, tendo em vista o entendimento da Administração de que sua divulgação em fase anterior à da abertura das propostas mostra-se desfavorável para a obtenção da proposta mais vantajosa, contrariando o interesse público e a eficiência.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esta licitação sob a modalidade Pregão será realizada em sessão pública *on-line*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Para participação neste Pregão as empresas, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverão:

2.2.1. atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

2.2.2. estar devidamente credenciadas no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

2.2.3. possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei n.º 14.133/2021.

2.5. Não poderão participar desta licitação:

2.5.1. pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

2.5.2. empresa ou sociedade estrangeira;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.6. empresas declaradas impedidas para licitar ou contratar com a União, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021; e

2.5.7. empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.

2.6. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

2.6.1. estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

2.6.2. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

2.6.3. ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br, incluindo-se a proposta com o objeto ofertado e preço, bem como os documentos de habilitação.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se previamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) para utilização do Sistema Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

3.1.1. credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança deverá ser comunicado imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.3. o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico www.gov.br/compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os interessados em participar desta licitação deverão acessar o Sistema de Compras do Governo Federal para encaminhar a sua proposta comercial, exclusivamente por meio eletrônico, onde conste a descrição do objeto/item a que se refere, bem como as seguintes informações:

4.1.1. **preço total do item**, indicado em moeda corrente nacional Nos preços propostos deverão estar computados todos os custos necessários ao atendimento do objeto licitado, incluindo-se todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação, ou ainda, despesas com materiais e equipamentos, transportes, garantias, deslocamentos de pessoas, que correrão por conta da licitante vencedora, vedada ainda qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, sendo a atualização de valores contratuais nos termos do que consta na Minuta do Contrato – Anexo III, deste Edital.

4.1.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, deverão declarar, em campo próprio do sistema Compras.gov.br, que atendem aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

4.1.3. É vedada qualquer forma de identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

4.2. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão.

4.3. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.4. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

4.5. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de cadastramento.

5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

5.3. A partir da abertura da sessão pública até o encerramento da fase lances, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer através do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (*chat*), vedada qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

6 – DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Por ocasião do início da fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.3. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.3.1. as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.3.2. a licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,20% (dois décimos por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.3.3. a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.4. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.4.1. A hipótese de exclusão da proposta implica retirada da licitante da participação do certame.

6.4.2. A licitante que tiver a proposta excluída poderá retornar imediatamente com a sua proposta.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de preços.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará, em coluna própria, para os fins do direito de preferência estabelecido nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte participantes.

7.2. Caso a proposta de menor preço não seja de uma microempresa, o sistema fará uma comparação entre a proposta da primeira colocada e as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte, na ordem de classificação.

7.3. A proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrar na faixa de até 5% (cinco) por cento acima da proposta de menor preço, é considerada empatada com a primeira colocada e terá o direito de encaminhar, no prazo de 05 (cinco) minutos, para fins de desempate, uma última oferta, obrigatoriamente em valor menor do que a primeira colocada, sob pena de decair do direito de preferência.

7.3.1. A convocação e o controle do prazo para o exercício desse direito de preferência serão feitos automaticamente pelo sistema.

7.3.2. Caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará para o exercício desse direito, na ordem de classificação, enquanto necessário, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que também se encontrem na condição de empate.

7.4. Na hipótese de empate, após a fase de lances, entre propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% acima da primeira classificada, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais, definindo automaticamente a ordem de convocação para o exercício do direito de preferência de oferta de desempate.

7.4.1. Ocorrendo proposta de desempate de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema disponibilizará a nova classificação das propostas para fins de aceitação pelo pregoeiro.

7.5. Não havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte na faixa de até 5% acima do menor preço obtido na fase de lances, ou não havendo êxito no procedimento de desempate, prevalecerá a classificação inicial.

7.6. O pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.6.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.7. Na hipótese do melhor lance conter valor superior ao estimado pela Administração, o pregoeiro encaminhará negociação buscando a obtenção de melhor valor.

7.7.1. A negociação será realizada por meio do chat. No silêncio da licitante serão feitas 03 (três) tentativas consecutivas com intervalos de 05 (cinco) minutos.

7.7.2. Caso a licitante não esteja conectada ao sistema eletrônico ou não apresentar manifestação, o pregoeiro desclassificará sua proposta comercial.

7.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempates previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

7.9. Na fase de julgamento das propostas, o pregoeiro solicitará apenas do fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar o envio da proposta adequada ao valor do lance final ou da negociação, nos moldes do Anexo II deste Edital.

7.9.1. O pregoeiro poderá solicitar ainda, do primeiro classificado, o envio de anexos ou declarações, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), que terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstração da composição de preços, e **amostra** do produto ofertado, para apresentação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação feita pelo pregoeiro no *chat* ou por qualquer das formas previstas neste Edital.

7.9.1.1. A proposta da empresa que não apresentar a amostra porventura solicitada ou cuja amostra apresentada não atenda às exigências do Edital, será desclassificada.

7.10. O pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e desclassificará a proposta que:

7.10.1. contiver vício insanável;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas definidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou acima do estimado para a contratação;

7.10.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

7.11. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

7.11.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

7.11.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11.3. Será desclassificada a proposta da licitante que não demonstrar a exequibilidade da proposta.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo pregoeiro da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

8.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

8.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

8.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

8.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

8.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal (Fazenda Nacional, INSS e FGTS), Estadual e Trabalhista (CNDT), cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, confirmado por meio de consulta durante a sessão.

8.2.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ICMS.

8.2.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal deverão ser encaminhados ao pregoeiro como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

8.2.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.2.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal obedecerá o seguinte:

8.2.4.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.2.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará a inabilitação da licitante.

8.3. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

8.3.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

8.3.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.3.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.3.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

8.3.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

8.3.9. As declarações previstas neste item 8.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo pregoeiro durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

8.4. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte poderá ser feita mediante apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, ainda, por outro meio idôneo e formal de certificação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida por órgão competente, tudo consoante o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.5. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório e no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

9 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. A proposta comercial ajustada ao valor do lance final ou da negociação, bem como os demais documentos certidões e/ou declarações/atestados exigidos para habilitação da licitante, serão solicitados pelo pregoeiro, pelo chat, para serem enviados, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por razões de fato ou de direito, no interesse da Administração.

9.1.1. Solicita-se às empresas que as propostas sejam encaminhadas nos moldes do Anexo II deste Edital.

9.2. A proposta comercial deverá conter a identificação da licitante, CNPJ, endereço eletrônico, endereço comercial, números de telefone e *homepage* e ser apresentada obrigatoriamente em meio eletrônico, datada e assinada pelo responsável legal da empresa e deve, ainda, conter:

9.2.1. **preço unitário e total** do item, indicados em moeda corrente nacional; nos preços deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com materiais e equipamentos, garantias, transporte ou terceiros, e ainda serviços de instalação dos equipamentos, que correrão por conta da licitante vencedora, vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, sendo a atualização dos valores contratuais nos termos do que consta na Minuta de Contrato – Anexo III, deste Edital.

9.2.2. **prazo para entrega** dos equipamentos/licenças de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato;

9.2.3. **garantia integral** do objeto, conforme previsto neste Edital e observada a previsão da Lei n.º 8.078/1990 sobre o tema, pelo período de no mínimo 12 (doze) meses, compreendendo defeitos e vícios de qualidade e quantidade, a contar:

9.2.3.1 da data do recebimento definitivo, pelo TRF4, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes ou de fácil constatação;

9.2.3.2 da sua evidência, nos casos de defeitos ou vícios ocultos;

9.2.4. **prazo de validade da proposta** de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

9.3. Havendo omissão aos prazos referidos neste item, aplicar-se-ão os termos nele estipulados.

9.4. Os documentos e certidões exigidos para habilitação (ver item 8 – DA HABILITAÇÃO) que não estejam contemplados no SICAF ou sítios oficiais para consulta/verificação, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 14.133, de 2021, deverão ser encaminhados ao pregoeiro

das seguintes formas:

9.4.1. mediante solicitação por arquivo anexo ao sistema Compras.gov.br; ou

9.4.2. escaneadas e enviadas para o e-mail dlc@trf4.jus.br.

9.5. A razão social e o número do CNPJ deverão ser os mesmos constantes da documentação de cadastro e Nota Fiscal a ser emitida.

9.6. A licitante vencedora deverá encaminhar cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação, no caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF.

10 – DAS AMOSTRAS

10.1. O TRF4 poderá, com fundamento no artigo 41, inc. II da Lei n.º 14.133/2021, solicitar a apresentação de amostra do(s) produto(s) ofertado(s) na forma estabelecida neste item.

10.2. A amostra, acaso solicitada, deverá ser entregue, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de sua solicitação pela Administração, nela contida a identificação da empresa, do item e da licitação a que se refere.

10.3. A análise da amostra objetiva a verificação da sua conformidade com as especificações técnicas e físicas exigidas pela Administração neste Edital e seus anexos, a qualidade e o uso a que se destinam e compatibilidade com a central telefônica, bem como do atendimento às disposições da Lei n.º 8.078/90.

10.4. A amostra deverá estar acompanhada de ficha técnica do produto/material ofertado, juntamente com manual de operação e configuração para a central telefônica do TRF4, em português, e deverá contemplar as características e especificações do item.

10.4.1. A licitante deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e, caso seja necessário, deverá providenciar a montagem/instalação/configuração, sem ônus para o TRF4 – quando poderá ser concedido novo prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.4. Será desclassificada a proposta da licitante que tiver amostra rejeitada, não disponibilizá-la no prazo estabelecido ou se recusar a apresentá-la.

10.5. As amostras somente serão devolvidas às licitantes após a homologação do resultado do julgamento da licitação ou do item a que se refere.

10.5.1. Caberá exclusivamente à licitante a iniciativa de reaver a sua amostra.

10.5.2. As amostras não retiradas no prazo de (30) trinta dias contados da homologação prevista no "caput" deste subitem, serão consideradas abandonadas, cabendo à Administração dar-lhes uma destinação adequada ao interesse público ou social.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

11.1.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro oportunizará às licitantes, manifestarem motivadamente eventual intenção de interpor recurso, concedendo o prazo de 03 (três) dias para apresentação das suas razões.

11.1.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

11.1.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

11.2. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.3. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão, no prazo de 03 (três) dias, o remeterá, com a sua motivação, à autoridade superior para decidir em 10 (dez) dias.

11.5. Os autos eletrônicos do processo correspondente a este procedimento licitatório poderão ser solicitados ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 11 às 19 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3740/3741 e e-mail: dlc@trf4.jus.br, seja para fins de formulação das razões de recurso ou de contrarrazões.

11.6. A contagem dos prazos será feita em dias úteis, excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

11.7. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, atendidas todas as exigências fixadas neste Edital e observado o critério de menor preço, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado os atos desta licitação pela autoridade competente.

12.2. A adjudicação será por item.

13 – DA NOTA DE EMPENHO

13.1. A Nota de Empenho será emitida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação.

13.1.1. A inobservância deste prazo pela Administração não afeta o direito subjetivo de contratar da licitante vencedora, salvo hipótese de revogação ou nulidade do procedimento.

13.2. Após emitida, a Nota de Empenho será apresentada, remetida ou transmitida à licitante vencedora, pelas formas e meios de comunicação ou intimação previstos neste Edital, constituindo este ato a sua convocação para assinatura do instrumento de contrato.

14 – DO CONTRATO

14.1. Integra o presente Edital, em anexo, a minuta do instrumento de contrato, que será assinado eletronicamente entre o TRF4 e a licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações, sob pena de caracterizar renúncia ao seu direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas para a hipótese. A assinatura da licitante vencedora se dará mediante login e senha fornecidos pelo TRF4, em conformidade com a regulamentação do processo administrativo eletrônico desta Corte;

14.1.1. Observado o prazo de validade da proposta, o prazo previsto para a assinatura do instrumento de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e aceita pela Administração.

14.2. Por ocasião da assinatura do contrato ou até o primeiro dia da sua vigência, a empresa deverá apresentar formalmente ao Gestor, para aceitação do TRF4, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do TRF4 ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do contrato.

14.3. Se o proponente vencedor não apresentar situação regular na assinatura do contrato ou se recusar tácita ou expressamente a assinar o instrumento contratual, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, poderá ser convocada outra licitante, na ordem de classificação para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

14.3.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item 14.1, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima da licitante vencedora, na forma do art. 90, § 4º, da Lei 14.133/2021.

14.3.2. Poderá ser adjudicado e celebrado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.4. A existência, no quadro societário da licitante vencedora, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, implicará impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução n.º 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

15 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

15.1. O objeto da presente licitação será recebido e pago pelo TRF4 de acordo com o constante no Anexo III – Minuta de Contrato, integrante do presente Edital.

16 – DAS SANÇÕES

16.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado da contratação.

16.2. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a licitante poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e das multas previstas neste Edital e no contrato, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

16.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

16.2.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.2.12. praticar ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.3. Na aplicação das sanções previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 156, "caput", da Lei n.º 14.133/2021.

16.4. As multas e outras penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante ou contratada, no SICAF.

16.5. Assinado o contrato (vide Anexo III), prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Edital estará à disposição dos interessados no Núcleo de Licitações e Contratos, nos dias úteis, das 11h às 19h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp/pt-br, www.gov.br/compras/pt-br e www.trf4.gov.br.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

17.4. Por ocasião da análise das propostas e/ou documentação, poderá o pregoeiro diligenciar para sanar erros ou falhas, conforme art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

17.5. Caso verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, o pregoeiro poderá encaminhar à Comissão de Contratação os documentos de habilitação, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.

17.6. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

17.7. Informações complementares ou esclarecimentos de dúvidas relativas a esta licitação, inclusive técnicas, deverão ser solicitadas ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 11 às 19 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3741/3745, e e-mail: dlc@trf4.jus.br, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da licitação.

17.8. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas/encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão desta licitação, por meio eletrônico, para o endereço dlc@trf4.jus.br, ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, sendo consideradas recebidas na data/hora de sua chegada.

17.9. As decisões/respostas às impugnações ou pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Compras.gov.br e vincularão os participantes e a Administração, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento, sem prejuízo da sua disponibilização na página do TRF4.

17.10. O pedido de vista aos autos do processo eletrônico, ao qual corresponde o procedimento licitatório, deverá ser solicitado pelo e-mail; dlc@trf4.jus.br, e a liberação de acesso se fará via e-mail para o solicitante.

17.11. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

17.11.1. **Anexo I** – Termo de Referência;

17.11.2. **Anexo II** – Modelo de Proposta de Preços;

17.11.3. **Anexo III** – Minuta de Contrato.

17.12. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas desta licitação.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de telefones VOIP (Voz sobre Protocolo de Internet), WI-FI (Wireless Fidelity ou fidelidade sem fio) e Licenças (do tipo 3RD-PARTY-SYP-EXTENSION, para habilitação, configuração e uso desses aparelhos junto a central telefônica do TRF4), compatível com a central telefônica do TRF4, marca Mitel, modelo MX ONE, Versão 7, incluindo a garantia, conforme especificações e quantitativos abaixo, visando atender as necessidades atuais e futuras e, também, a atualização do sistema de telefonia do TRF4.

2. GLOSSÁRIO

- a. Internet - A internet é o conjunto de redes de computadores que, espalhados por todas as regiões do planeta, conseguem trocar dados e mensagens utilizando um protocolo comum.
- b. WI-FI (Wireless Fidelity ou fidelidade sem fio), tecnologia que permite a comunicação sem a necessidade de utilização de meios físicos tais como cabos ou fios.
- c. VOIP - (Voice over Internet Protocol), conhecido muito mais por sua sigla, VOIP, ou voz sobre protocolo de internet é a tecnologia que utiliza a internet para realizar chamadas telefônicas.
- d. Cabeamento estruturado - O cabeamento estruturado, também conhecido como cabeamento de rede, é um sistema utilizado no setor de infraestrutura de TI em uma empresa e até mesmo em condomínios e edifícios. Trata-se do sistema que garante a durabilidade e segurança e conexão de todos os equipamentos conectados, facilitando o suporte técnico.
- e. PABX - É a sigla de Private Automatic Branch Exchange. Trata-se de um aparelho, podendo ser descrito como central telefônica que ajuda a centralizar a telefonia empresarial. Em linhas gerais o PABX necessita de no mínimo uma linha telefônica e, esta linha é compartilhada com vários ramais de uma empresa.
- f. Licenças - As licenças são arquivos que identificam para um software ou hardware as configurações a serem habilitadas e ativadas. Sem as licenças não há como habilitar, ativar o funcionamento, de softwares ou hardwares que necessitem desses arquivos, podemos mencionar os mais diversos equipamentos, tais como computadores, tablets, telefones celulares, Telefones VOIP ou VOIP WI-FI.
- g. Central telefônica - A central telefônica foi criada com o objetivo de facilitar a comunicação entre as pessoas a partir de ramais ligados a ela. Assim, é possível efetuar e receber chamadas internas e externas, enviar informações e até mesmo realizar áudio ou videoconferências, de acordo com o modelo de PABX escolhido.
- h. Central telefônica híbrida - É uma central telefônica com capacidade de conectar aparelhos telefônicos que operam tráfego de informações e áudio diferentes, sendo possíveis sinais analógicos, digitais e VOIP.
- i. Telefone VOIP - É um termo geral para as tecnologias que usam conexões de comutação de pacotes de Protocolo de Internet para transmitir voz, fax e outras formas de informação que têm sido tradicionalmente realizadas ao longo do tempo através de conexões comutadas pela Rede Pública de Telefonia Comutada (RPTC). A transmissão bidirecional de voz através de uma rede de comutação de pacotes VOIP é a definição técnica da telefonia VOIP.

- j. Protocolo SVOIP - Em resumo, o VOIP é um protocolo de sinalização que serve para realizar chamadas e conferências através de redes VOIP, logo, através da Internet. Esse protocolo é utilizado para estabelecer ou encerrar uma chamada, independente do tipo de mídia utilizada (áudio, vídeo e até texto).
- k. Codec - A palavra "Codec" vem de Codificação e Decodificação, ou seja, eles "traduzem" um arquivo que originalmente seria muito grande pra ser compartilhado/executado em conteúdo bem menos pesado.
- l. DHCP - Protocolo DHCP, do inglês Dynamic Host Configuration Protocol (que ficaria, em português, algo como Protocolo de Configuração Dinâmica de Endereços de Rede), é um protocolo utilizado em redes de computadores que permite às máquinas obterem um endereço VOIP automaticamente.
- m. Cabos Ethernet - Um cabo Ethernet, também chamado de cabo UTP é formado por pares de fios metálicos entrelaçados. Tal cabo é responsável pelo tráfego de informações digitais por uma rede. Pode ser classificado conforme a qualidade em relação à imunidade a ruídos, isolamento quanto à umidade etc..., Pode ser classificado em suas categorias, vão de CAT 5 até CAT 8. Sendo 8 para maiores distâncias e com melhor eficiência. Os cabos Ethernet conectam dispositivos como PCs, roteadores e switches em uma rede local. Esses cabos físicos são limitados por comprimento e durabilidade.
- n. PoE - O PoE (Power over Ethernet) é uma funcionalidade de rede definida pelas normas IEEE 802.3af e 802.3at. O PoE permite que os cabos de Ethernet forneçam energia a dispositivos de rede através da ligação de dados existente.
- o. Domínio - Conjunto de caracteres colocados em um navegador com intuito de encontrar determinada página (site) de internet.
- p. DNS - É um sistema que contém uma lista de nomes de domínio e permite que usuários encontrem uma página por meio desses nomes. É fundamental para o funcionamento da internet, para otimizar o desempenho e a segurança de um site.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para atender a Lei nº 14.253, de 30 de novembro de 2021 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 efetivou aumento do número de gabinetes e servidores. Para tanto demandou infraestrutura envolvendo a TI/Informática (computadores e periféricos), Logística (mobiliário) e Setor de Telefonia (linhas telefônicas e aparelhos telefônicos). Nesse período o Setor de Telefonia do TRF4 (SETEL) possuía um número insuficiente de aparelhos telefônicos e conexões para novos aparelhos com tecnologia analógica e digital, como restrita quantidade de ramais livres.

3.2. A aquisição do telefone VOIP de mesa e Telefones VOIP WI-FI destina-se ao atendimento imediato da demanda defasada e a estruturação dos setores do TRF4, também, promover a reposição do estoque mínimo de reserva da SETEL e, paulatinamente, a substituição de aparelhos analógicos, digitais por VOIP, permitindo a continuidade de funcionamento do sistema de telefonia deste Tribunal à medida que forem apresentando defeitos.

3.3. A Central telefônica instalada no TRF4 é do tipo híbrido, modelo MX ONE - Versão 7.0, com capacidade para instalação de ramais analógicos, digitais e VOIP.

4. JUSTIFICATIVA GERAL

4.1. O objeto do presente Termo de Referência está alinhado com o planejamento estratégico do TRF4, notadamente com a Diretriz “Eficiência Operacional” e com os Objetivos Estratégicos “Agilizar os Trâmites Administrativos” e “Otimizar a Gestão dos Custos Operacionais”.

4.2. A contratação está prevista no Plano de Contratação deste TRF4, para o exercício 2023 sob o número PC943/23, com a seguinte descrição: “Compra de material e contratação de serviços”.

5. JUSTIFICATIVA ESPECÍFICA

5.1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região possui um sistema robusto e complexo de telefonia com funcionamento ininterrupto, baseado em uma infraestrutura contendo o SISTEMA descrito neste Termo de Referência. Tal sistema telemático atende as necessidades da grande demanda de ligações, disponibilizando comunicações telefônicas para o público interno, servidores da corte e público externo, usuários dos serviços da justiça, residentes no Brasil e no exterior. Para fazer frente à demanda ininterrupta faz-se necessária a utilização de equipamentos de ponta para aumento da segurança de dados, evitarem panes, interrupções de funcionamento e falhas do sistema telefônico do TRF4.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. Atualmente a solução no TRF4 é composta por uma central telefônica do fabricante Mitel/Aastra, modelo MX ONE, versão 7.0, sendo híbrida suportando telefones com tecnologias, analógica, digital e VOIP. A central do TRF4 atende atualmente mais de 900 (novecentos) ramais DDR (Discagem Direta a Ramal), dentre esse estão aparelhos com tecnologia analógica, digital e VOIP, e ainda integrado a seu sistema estão Unidade Remota de Atendimento (URA), Fax Mail (convertedor de Fax para e-mail), Soft Fone InAtend, para utilização por telefonistas em atendimento as ligações internas e externas, e 250 (duzentas e cinquenta) licenças para ativação de aplicativo Micollab, que atua como ramal celular e para dispositivos móveis. Os sistemas da central telefônica utilizam a rede estruturada de cabeamento UTP e swiths com tecnologia PoE nos prédios Judiciário, Administrativo e Anexo.

7. DETALHAMENTO DOS BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

- 7.1. Telefones VOIP compatíveis com a central telefônica PABX do TRF4;
- 7.2. Telefones VOIP WI-FI compatíveis com a central telefônica PABX do TRF4;
- 7.3. Licenças do tipo para habilitação, ativação e funcionamento dos itens 7.1 e 7.2 junto à central telefônica do TRF4.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Propõe-se a aquisição de 340 (trezentos e quarenta) telefones VOIP de mesa, 60 (sessenta) telefones VOIP – WI-FI, ambos compatíveis com a central telefônica do TRF4 e 400 (quatrocentas) licenças para habilitação e ativação dos mesmos junto a central telefônica do TRF4.

| ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO | QDE |
|--|-----|
| <p>ITEM 1 TELEFONES VOIP DE MESA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve possuir, especificamente para o modelo do produto ofertado, a certificação ANATEL conforme Resolução no 715, de 23 de outubro de 2019. - Deve suportar o idioma inglês e, preferencialmente, o idioma português (PT-BR) para todas as informações apresentadas aos usuários, devendo ser entregue configurado preferencialmente nessa linguagem (português PT-BR). - Deverá suportar 6 contas SIP; - Deverá possuir display gráfico de tamanho 128 x 64 pixels e backlight; - Deve suportar o Codec G.711 (64 kbit/s A/μ law). - Dever suportar os Codecs G.729 e G.729AB. - Deve implementar o protocolo SIP v2 conforme RFC 3261. - Deve possuir QoS IEEE802.1Q e IEEE802.1p, layer 3 ToS DSCP. - Deve possuir a capacidade de se autoconfigurar na rede e baixar automaticamente as configurações da central telefônica (configuração estática e automática via DHCP de seu endereço IP, máscara, default gateway e endereço do servidor de telefonia IP). - Deve suportar acesso a diretório corporativo via LDAP ou AD. - Deve suportar sincronização de hora e data com base em SNTP. - Deve suportar mecanismo de autenticação via protocolo 802.1x. - Deve possibilitar o passthrough para a estação de trabalho; - Deve possuir de forma nativa (integrado no equipamento) switch com 2 (duas) portas GIGA ETHERNET, uma para conexão da rede local e outra, para a estação de trabalho, com separação de VLANs. - Deve suportar os protocolos IPv4 e IPv6. - Deve possuir entrada específica para headset (fone de cabeça), independente da porta do monofone; - Deve possuir recurso de bloqueio automático do aparelho (Phone Lock); - Deve possuir teclas físicas ou virtuais para pelo menos as seguintes funções: - Mensagens; - Headset - Viva-voz; - Rediscagem, retenção e transferência de chamadas; - Conferência telefônica; - Mudo; - Ajuste de volume. - Deve possuir o ajuste do volume do toque (ring), alto falante e do handset diretamente pelo teclado do telefone. - Deve possuir agenda para até 1.000 (mil) entradas, com recursos de pesquisa/busca, importação e exportação de contatos. - Deve permitir configuração de “lista negra” (blacklist). - Deve permitir a visualização do número do ramal e da hora em seu display. - Deve possuir toque de segunda chamada ou indicador luminoso. | 340 |

- Deve possuir identificação de chamadas, mostrando no display no mínimo o número originador da chamada.
- Deve possuir recurso de rejeição de chamadas anônimas.
- Deve possibilitar a visualização de informações tais como histórico de ligações, informações do número chamador, duração das chamadas, data e hora.
- Deve ser possível a configuração de discagem rápida pela interface de administração da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração.
- Deve permitir sua configuração pela interface da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração, garantindo a aplicação de modelos de configuração a vários aparelhos simultaneamente.
- Deve permitir atualização de firmware e configurações por download automático.
- O telefone deve ser totalmente compatível e permitir a ativação das seguintes funcionalidades da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração diretamente pelo seu teclado:
 - Desvio incondicional de chamadas.
 - Mensagem de voz;
 - Desvio de chamadas por não atendimento, em caso de sinal de ocupado ou quando indisponível;
 - Transferência de chamadas;
 - Discagem do último número;
 - Chamada em espera com aviso para o originador;
 - Captura de chamada de um grupo específico de ramais;
 - Retorno automático de chamadas;
 - Apresentação do número originador da chamada;
 - Conferência telefônica a três.
- Deve possuir acesso através de software para configuração remota, atualização, provisionamento e configuração em massa.
- Deve suportar alimentação por PoE (Power Over Ethernet) padrão IEEE 802.3af.
- Deve possuir encriptação SIP TLS com AES 128 bits no próprio aparelho, sem a necessidade de módulos externos ou adaptadores.

- Deve possuir, especificamente para o modelo do produto ofertado, a certificação ANATEL conforme Resolução no 715, de 23 de outubro de 2019.
- Deve suportar o idioma inglês e, preferencialmente, o idioma português (PT-BR) para todas as informações apresentadas aos usuários, devendo ser entregue configurado preferencialmente nessa linguagem (português PT-BR).
- Deverá suportar 2 contas SIP;
- Deve possuir display LCD colorido com, no mínimo, 128x160 pixels de resolução, tamanho mínimo de 1,8 polegadas.
- Deve suportar o Codec G.711 (64 kbit/s A/μ law).
- Dever suportar os Codecs G.729 e G.729AB.
- Deve implementar o protocolo SIP v2 conforme RFC 3261.
- Deve possuir QoS IEEE802.1Q e IEEE802.1p, layer 3 ToS DSCP.
- Deve suportar acesso a diretório corporativo via LDAP ou AD.
- Deve suportar sincronização de hora e data com base em SNTP.
- Deve suportar mecanismo de autenticação via protocolo 802.1x.
- Deve suportar Wi-Fi de banda dupla de 2,4GHz e 5GHz;
- Deve possuir bateria interna de no mínimo 4000mA que suporte 12 horas de conversação e 120 horas em standby;
- Deve suportar os protocolos IPv4 e IPv6;
- Deve possuir conector de fone de ouvido de 3,5mm;
- Deve possuir teclas físicas ou virtuais para pelo menos as seguintes funções:
 - Mensagens;
 - Headset;
 - Viva-voz;
 - Rediscagem, retenção e transferência de chamadas;
 - Conferência telefônica;

60

| | | |
|---|--|------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Mudo; - Ajuste de volume. - Deve possuir o ajuste do volume do toque (ring) e alto falante diretamente pelo teclado do telefone ou na lateral do aparelho; - Deve possuir agenda para até 2.000 (mil) entradas, com recursos de pesquisa/busca, importação e exportação de contatos. - Deve permitir configuração de “lista negra” (blacklist). - Deve permitir a visualização do número do ramal e da hora em seu display. - Deve possuir toque de segunda chamada ou indicador luminoso. - Deve possuir identificação de chamadas, mostrando no display no mínimo o número originador da chamada. - Deve possuir recurso de rejeição de chamadas anônimas. - Deve possibilitar a visualização de informações tais como histórico de ligações, informações do número chamador, duração das chamadas, data e hora. - Deve ser possível a configuração de discagem rápida pela interface de administração da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração. - Deve permitir sua configuração pela interface da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração, garantindo a aplicação de modelos de configuração a vários aparelhos simultaneamente. - Deve permitir atualização de firmware e configurações por download automático. - O telefone deve ser totalmente compatível e permitir a ativação das seguintes funcionalidades da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração diretamente pelo seu teclado: <ul style="list-style-type: none"> - Desvio incondicional de chamadas. - Mensagem de voz; - Desvio de chamadas por não atendimento, em caso de sinal de ocupado ou quando indisponível; - Transferência de chamadas; - Discagem do último número; - Chamada em espera com aviso para o originador; - Captura de chamada de um grupo específico de ramais; - Retorno automático de chamadas; - Apresentação do número originador da chamada; - Conferência telefônica a seis. - Deve vir acompanhado de fonte externa bivolt (110V-220V) automática, com plugue padrão NBR 14136:2002 e capacidade para alimentar o aparelho. - Deve possuir encriptação SIP TLS com AES 128 bits no próprio aparelho, sem a necessidade de módulos externos ou adaptadores. - Implementar RTP Control Protocol (RTCP), de forma a proporcionar métricas para análise da qualidade das chamadas. | |
| <p style="text-align: center;">ITEM 3</p> <p>LICENÇAS</p> | <p>3RD-PARTY-SYP-EXTENSION - Compatível com central telefônica MITEL MX ONE- versão 7.0</p> | 400 |

9. DA INFRAESTRUTURA INSTALADA

9.1. O sistema telefônico do TRF4 é caracterizado como híbrido, com uma central com tecnologia mista, com ramais analógicos, digitais e ramais VOIPs e que entrega Telefonía VOIP aos usuários através de uma rede LAN PoE e também possui soluções complementares como: Mitel MiCollab que disponibiliza 250 ramais VOIP em “smartphones”, mesa operadora em PC Mitel InAttend, servidor de fax (faxmail), atendedor automático e tarifação, descritos em INFRAESTRUTURA DA CENTRAL TELEFÔNICA.

10. DA GARANTIA

10.1 - Os produtos ofertados deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento do objeto. Prazo máximo de entrega do objeto de 90 (noventa) dias corridos contados da data de assinatura do contrato.

10.2. A empresa contratada, quando da entrega de seus aparelhos, assegurar-se-á da juntada da relação da rede credenciada da sua assistência técnica.

11 - DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

11.1. O licitante detentor da melhor proposta, caso a administração entender necessário, deverá ser convocado para apresentar amostra em relação ao item cuja marca/modelo não seja conhecida pela área técnica do TRF4, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações deste Termo de Referência

11.2. A amostra deverá ser encaminhada ao local indicado pelo pregoeiro no chat do sistema eletrônico, devendo estar identificada com o nome da empresa, o item e a licitação a que se refere, acompanhada de ficha técnica do produto/material ofertada juntamente com manual de operação e configuração para a central telefônica do TRF4 em português, a qual deverá contemplar as características e especificações do item.

11.3. A amostra do produto ofertado deverá ser entregue, montada, instalada e configurada no TRF4, Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, Porto Alegre-RS, Divisão de Licitações e Contratos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua solicitação feita pelo pregoeiro.

11.4. O prazo refere-se ao recebimento da amostra no TRF4 e não à data de despacho/postagem.

11.5. O licitante deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e, caso seja necessário, deverá providenciar a montagem/instalação/configuração, sem ônus para o TRF4 – quando será designado novo prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.6. Se houver necessidade de envio de informações técnicas adicionais, o pregoeiro fixará novo prazo para o licitante e a ausência de manifestação poderá acarretar a recusa da proposta.

11.7. A amostra será submetida à aprovação mediante parecer técnico fundamentado, o qual avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam e compatibilidade com a central telefônica.

11.8. A amostra ficará sob a guarda do TRF4 até a homologação do Pregão. Após a homologação, as amostras deverão ser retiradas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que o TRF4 não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos. Findo o prazo aludido, o TRF4 providenciará o descarte da amostra.

11.9. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado pelo Pregoeiro ou a sua reprovação pela área técnica do TRF4 acarretará a desclassificação do licitante.

11.10. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio da amostra, que serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseados, montados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como submetidos aos testes necessários.

11.11. A proposta da empresa que não apresentar a amostra porventura solicitada ou cuja amostra apresentada não atenda às exigências do Edital, será desclassificada.

12. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

12.1. A entrega do objeto dar-se-á no prazo máximo de 90(noventa) dias após a assinatura do contrato.

12.2. Os produtos deverão ser entregues no Setor de Telecomunicações/SETEL do TRF4, situado no pavimento térreo do prédio Sede do TRF4, na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha nº 300, em Porto Alegre/RS.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Efetuar a entrega do material cotado no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados da data de assinatura do contrato

13.2. Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência;

13.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

13.4. Apresentar a(s) fatura(s) discriminando o(s) material(is) fornecidos e respectivos preços;

13.5. Atender prontamente quaisquer exigências do TRF4, inerente ao objeto do Pregão;

13.6. Os aparelhos disponibilizados deverão ser novos, e cobertos por garantia mínima de 12 (doze) meses;

13.7. Na eventualidade de execução de serviços dentro das unidades da TRF4, a empresa deverá manter seus técnicos identificados por crachá, devendo substituir imediatamente qualquer um que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do TRF4.

13.8. Compete à empresa contratada a iniciativa de informar ao TRF4 toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas;

13.9. A empresa contratada deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Justiça Federal;

13.10. A empresa contratada deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TRF4 ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

13.11. A empresa contratada deverá se responsabilizar pelo pagamento e recolhimento de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado, bem como por quaisquer acidentes de que possam seus empregados ser vítimas, quando em serviço;

13.12. Para os casos de descumprimento das obrigações aqui estabelecidas, aplicar-se-ão as sanções previstas em contrato.

14. OBRIGAÇÕES DO TRF4

14.1. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação e no instrumento de contrato;

14.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

14.3. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

15. INFRAESTRUTURA DA CENTRAL TELEFÔNICA DO TRF4

15.1. A central telefônica e seus periféricos estão dispostas na Tabela abaixo:

| Descrição | Configuração ou Características | Qtde |
|---|--|-------------|
| Cartões MFU (sinalização MFC) | Hardware e Licenças | 4 |
| Cartões ELU33 (Ramal Digital) | Hardware | 3 |
| Cartões ELU34 (Ramal Analógico) | Hardware | 23 |
| Cartões TLU83 (Tronco Analógico) | Hardware | 6 |
| Media Gateway Unit (MGU) | Hardware | 3 |
| Fan Unit (ventilação do LBP22) | Hardware | 2 |
| Chassi MX - ONE - Classic - LBP22 | Hardware | 3 |
| Servidor de Comunicação MITEL MX - ONE - Application Server - instalado em ambiente VMware na TI do TRF4 | Software MX - ONE v.7 | 1 |
| Troncos Analógicos | Licenças | 72 |
| Troncos Digitais | Licenças | 150 |
| Troncos VOIP | Licenças | 218 |
| Troncos QSIG, ISDN,R2 ou VOIP para integração com a central | Licenças | 30 |
| Ramais Analógicos | Licenças | 720 |
| Ramais VOIP | Licenças | 380 |
| Licenças de Ramais Digitais compatíveis com os aparelhos Ericsson existentes | Licenças | 86 |
| Aparelhos Telefônicos Digitais Ericsson Dialog 4222 | Hardware | 64 |
| Aparelhos Telefônico VOIP MITEL - 6869i | Hardware | 10 |
| Aparelho Telefônico VOIP MITEL - 6867i | Hardware | 20 |
| Aparelho Telefônico VOIP MITEL - 6865i | Hardware | 100 |
| Mesas Operadora PC, MITEL InAttend v2.x instalada no Servidor MITEL ASU-II | Hardware, Software e Licenças | 2 |
| Aplicativo para utilização de ramais móveis em smartfone (sem necessidade de VPN), através da solução-MITEL MiCollab Standard com MBG - instalado em ambiente VSphere do próprio TRF4 | Software e Licenças | 250 |

| | | |
|---|-------------------------------|-----|
| Software de tarifação Informatel Info360 para até 2.000 ramais | Software v.2 e Licenças | 1 |
| Servidor de fax para o recebimento/envio simultâneo de fax, com 16 portas de fax tipo TDM analógicas, instalado em um Servidor de rack SDC e integrado com Software MITEL Application LINK instalado em um Servidor MITEL ASU-II | Hardware, Software e Licenças | 1 |
| Atendedor Automático versão 8.1.2.104 ,MITEL MiCollab NuPoint, instalado em ambiente VSphere no próprio TRF4 e que se comunica com o MX - ONE via tronco VOIP com 9 canais | Software e Licenças | 1 |
| Rede LAN para Telefonia VOIP, composta de switches Cisco PoE modelo WS-C2960X-48FPS-L com módulo up-link GLC-SX-MMD, estes switches PoE são utilizados para prover a telefonia VOIP do TRF4 | Hardware, Software | 17 |
| Backbone óptico com 34 DIOs, interligados com fibra ótica multimodo. Os cabos de interligação entre DIOs são 2 cabos de fibra ótica multimodo 62,5/125 micrometro ou 50/125 micrometro de 8 e 12 fibras, conectorizadas com os respectivos adaptadores ópticos entre todos os equVOIPamentos ativos ligados aos DIOs. | Hardware | 1 |
| Rack de voice panel com identificação das portas. Interligado com a central telefônica. Este rack está localizado na sala da SETEL. (816 portas RJ-45/ terminações 110IDC traseiras). | Hardware | 1 |
| Rack de patch panel com identificação das portas. Esse Rack está instalado na sala da SETEL, com os 19 Racks Patch Panels dos shafts dos andares do prédio TRF4. (165 blocos de 08 portas RJ-45/ terminações 110IDC traseiras ou configurações equivalentes). | Hardware | 1 |
| Patch Cords. Possuem comprimento suficiente para possibilitar interligação entre o Voice Painel e o Patch Painel na sala da SETEL. | Hardware | 816 |
| Sistema de suprimento de energia - Retificador Proteco modelo SR30A com 4 (quatro) baterias tipo VRLA de 100Ah | Hardware | 1 |

16. LICENÇAS DA CENTRAL TELEFÔNICA

16.1. Licenças existentes e habilitadas na central telefônica MX-ONE, compatíveis com a versão 07, dispostas na Tabela abaixo:

| TIPO | QUANTIDADE |
|--------------------------|-------------------|
| 3RD-PARTY-SVOIPEXTENSION | 0 |
| ACD-AGENT | 0 |
| ADDITIONAL-VOIP-DEVICE | 250 |
| ALERT-RING-SIGNAL | 0 |
| AMC-USER | 250 |
| ANALOGUE-EXTENSION | 736 |
| BASE-STATION-DECT | 0 |
| BSC-CLIENT | 0 |
| CAS-EXTENSION | 0 |
| CORDLESS-EXTENSION | 0 |
| DIGITAL-EXTENSION | 86 |
| EXTERNAL-LINE-CAS-ANA | 72 |
| EXTERNAL-LINE-CAS-DIG | 150 |
| EXTERNAL-LINE-CCSS7 | 0 |
| EXTERNAL-LINE-DASS | 0 |
| EXTERNAL-LINE-DPNSS | 0 |
| EXTERNAL-LINE-H323 | 120 |
| EXTERNAL-LINE-ISDN-NET | 0 |
| EXTERNAL-LINE-ISDN-USR | 0 |
| EXTERNAL-LINE-QSIG | 30 |
| GROUP-CTI | 50000 |

| | |
|-----------------------------|--------|
| GROUP-HUNT | 500000 |
| GROUP-RING | 500000 |
| H323-EXTENSION | 0 |
| VOIP-EXTENSION | 64 |
| ISDN-TERMINAL-INTERFACE | 0 |
| MEDIA-GATEWAY | 3 |
| MEDIA-SERVER | 0 |
| MOBILE-EXTENSION | 0 |
| MOBILE-EXTENSION-MIGRATION | 0 |
| OPERATOR-EXTENSION | 0 |
| PAGING | 500000 |
| RVA-EXTERNAL | 500000 |
| RVA-INTERNAL | 500000 |
| VOIP-EXTENSION | 316 |
| VOIP-EXTENSION-MIGRATION | 0 |
| SOM-APPLICATION | 0 |
| TENANT | 1 |
| TRUNK-VOIP-CHANNEL | 218 |
| TRUNK-VOIP-PRIVATE | 500000 |
| TRUNK-VOIP-PRIVATE-SERVICES | 500000 |
| TRUNK-VOIP-PUBLIC | 500000 |
| USER | 1202 |
| USER-VOIP-EDN | 0 |
| VIDEO | 0 |
| VIRTUAL-EXTENSION | 0 |
| VOICE-RECORDING | 500000 |

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. Razão Social da Empresa:

2. CNPJ n.º(*):

3. Endereço:

4. Telefone:

E-mail:

A empresa acima qualificada apresenta sua proposta para o objeto do Pregão n.º 25/2023, de acordo com as especificações/condições constantes do Edital, seus Anexos e abaixo indicadas:

| ITEM | Marca/Modelo do Produto Cotado | Quantidade | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|---|--------------------------------|------------|----------------------|-------------------|
| 1- Telefones VOIP | | 340 | | |
| 2- Telefones VOIP WI-FI | | 60 | | |
| 3- Licenças 3RD-PARTY-SYP-EXTENSION - compatíveis com central telefônica MOITEL MX ONE - versão 7.0 | | 400 | | |

Observação:

a) a licitante concorrerá com o “Preço Total” do item.

5. Prazo de entrega dos equipamentos/licenças: (no máximo noventa dias corridos a contar da data de assinatura do Contrato);

6. Garantia integral: (no mínimo 12 meses, de acordo com o constante no Edital);

7. Prazo de validade da proposta: (no mínimo sessenta dias, observado o que dispõe o Edital);

8. Será desclassificada a proposta que não mencionar a **marca** do produto cotado.

9. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE que assinará o contrato, caso vencedora do certame:

a) nome completo:

b) CPF:

c) e-mail:

d) telefone:

e) celular:

9.1. No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF, a licitante vencedora deverá encaminhar junto com esta proposta cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

ATENÇÃO: As empresas deverão requerer seu login e senha **para assinatura eletrônica do Contrato**. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Gestão do Sistema SEI deste Tribunal, por intermédio dos telefones (51) 3213-3820/3821 e e-mail: sei@trf4.jus.br.

....., de de 2023.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

Carimbo CNPJ da empresa abaixo

(*) O número do CNPJ deve ser indicado claramente, devendo ser o mesmo constante da documentação do Cadastro e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato n.º/2023, de fornecimento de telefones/licenças, firmado entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a empresa Processo Administrativo n.º 0006593-49.2023.4.04.8000.

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, UASG 090030, com sede na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, em Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.518.737/0001-19, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. Arnaldo Fernando Giroto, e a empresa....., com sede na....., inscrita no CNPJ sob o n.º....., endereço eletrônico, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por, Sr.(a), portador do CPF n.º, firmam o presente Contrato de fornecimento do objeto abaixo descrito, oriundo da licitação na modalidade Pregão n.º 25/2023, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, conforme o Edital da Licitação, proposta da licitante vencedora e Processo Administrativo em epígrafe, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 e Lei Complementar n.º 123/2006, e sujeitando-se as partes às determinações das normas e legislação supra indicadas, suas alterações posteriores, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Instrumento o fornecimento de telefones/licenças pela CONTRATADA, conforme as especificações do Anexo 1 - Termo de Referência, integrante deste Instrumento.

1.1.2. São adquiridos pelo CONTRATANTE os seguintes quantitativos:

1.1.2.1. 340 (trezentos e quarenta) telefones VOIP da marca/modelo.....;

1.1.2.2. 60 (sessenta) telefones VOIP WI-FI da marca/modelo.....;

1.1.2.3. 400 (quatrocentas) licenças 3RD-PARTY-SYP-EXTENSION - compatíveis com central telefônica MITEL MX ONE - versão 7.0, para habilitação, ativação e funcionamento dos aparelhos telefônicos junto à central telefônica do CONTRATANTE.

1.2. Todos os equipamentos e/ou licenças deverão ser novos e entregues na embalagem original do fabricante no Setor de Telecomunicações/SETEL na sede do CONTRATANTE, situada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha n.º 300, em Porto Alegre - RS.

1.3. A garantia total dos equipamentos e/ou licenças será de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

1.4. Quaisquer danos causados às instalações do prédio ou a terceiros, em decorrência dos equipamentos/licenças, serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá repará-los, sem ônus para o CONTRATANTE .

CLÁUSULA II - DOS PRAZOS

2.1. O prazo para entrega dos equipamentos/licenças é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato.

2.2. Prazo de garantia integral do objeto, conforme previsto no Edital e observada a previsão da Lei n.º 8.078/1990 sobre o tema, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, compreendendo defeitos e vícios de qualidade e quantidade, a contar:

2.2.1. da data do recebimento definitivo pelo CONTRATANTE, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes ou de fácil constatação;

2.2.2. da sua evidência, nos casos de defeitos ou vícios ocultos.

CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência deste Contrato será de 15 (quinze) meses a contar de sua assinatura, ou, caso ocorra antes, até o adimplemento recíproco das obrigações dele resultantes, admitida a sua prorrogação na forma do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA IV - DO PREÇO

4.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os equipamentos e/ou licenças os serviços objeto do presente Contrato, pelos seguintes valores, de acordo com a proposta apresentada, anexa a este Instrumento:

4.1.1. 340 (trezentos e quarenta) telefones VOIP da marca/modelo....., pelo preço unitário de R\$..... e total de R\$.....;

4.1.2. 60 (sessenta) telefones VOIP WI-FI da marca/modelo..... pelo preço unitário de R\$..... e total de R\$.....;

4.1.3. 400 (quatrocentas) licenças 3RD-PARTY-SYP-EXTENSION -pelo preço unitário de R\$..... e total de R\$.....;

4.2. O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto.

4.3. Incluídos no preço acima estão todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, bem como despesas com transporte, que correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas atinentes à execução deste Contrato serão atendidas com os recursos assim consignados: Programa 168396 - Julgamento de Causas na Justiça Federal; Natureza da Despesa 4490.52 - Material Permanente e 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ e Nota de Empenho n.º, datada de .../.../...

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATADA, além das constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula.

6.2. A CONTRATADA deve cumprir o objeto deste Contrato, nos termos de sua proposta, sempre em conformidade com os requisitos e condições estabelecidas em suas cláusulas, bem como nas regras do Edital da licitação.

6.2.1. Compete à CONTRATADA a iniciativa de informar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

6.3. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários à utilização do objeto, que serão ofertados conforme o Edital de Licitação e respectivos Anexos.

6.4. A CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do Contrato para aceitação pelo CONTRATANTE, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será seu representante no local da prestação dos serviços no que se referir à execução do Contrato.

6.5. Cabe à CONTRATADA efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto contratado.

6.6. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

6.7. Os documentos a seguir relacionados deverão ser reapresentados em até 05 (cinco) dias úteis a contar da expiração da validade, caso vençam antes do final da vigência do presente Instrumento, devendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário do CONTRATANTE, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

6.7.1. Certificado de Regularidade junto ao FGTS;

6.7.2. Certidão Negativa de Débito com o INSS;

6.7.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.7.4. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da CONTRATADA, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ICMS;

6.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT.

6.8. Igualmente constituem obrigações da CONTRATADA:

6.8.1. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitadas pelos servidores do CONTRATANTE.

6.9. O não cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição deste Contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções nele estabelecidas.

CLÁUSULA VII- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Ao CONTRATANTE compete, além das obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência, as que seguem:

7.1.1. acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto contratual por intermédio do Gestor designado neste Instrumento;

7.1.2. exigir o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais;

7.1.3. receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução deste Contrato;

7.1.4. reter preventivamente valores correspondentes às penalidades pecuniárias cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso;

7.1.5. aplicar as multas e sanções previstas neste Contrato;

7.1.6. efetuar o pagamento do preço contratado após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal pelo Gestor.

CLÁUSULA VIII - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Para a gestão, acompanhamento, avaliação e fiscalização deste Contrato, o CONTRATANTE designa como Gestor o Diretor do Núcleo de Gestão Operacional e Serviços Diversos – NUGOP, para Fiscal Técnico, o Supervisor Assistente do SETEL e para Fiscal Administrativo, a Diretora do Núcleo de Cálculos e Preparo de Pagamentos, da Diretoria Administrativa (ncpag@trf4.jus.br), cujas atuações se darão no interesse exclusivo da Administração.

8.1.1. O Gestor e o Fiscal Técnico deste Contrato poderão ser contatados diretamente no andar térreo do Prédio Administrativo do CONTRATANTE, pelo telefone (51) 3213-3730 e e-mail setel@trf4.jus.br;

8.1.2. O Fiscal Administrativo deste Contrato poderá ser contatado diretamente no 7º andar do Prédio Administrativo da sede do CONTRATANTE, pelo telefone (51) 3213-3646 e e-mail ncpag@trf4.jus.br.

8.2. Ao **Gestor** compete, entre outras atribuições:

8.2.1. orientar e coordenar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;

8.2.2. exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto contratado, nos termos e condições previstas neste Contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

8.2.4. encaminhar à Diretoria Administrativa relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitem a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste Contrato, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

8.2.5. efetuar o “recebimento definitivo” e o atesto da nota fiscal, encaminhando-a imediatamente ao Núcleo de Cálculos e Controle de Pagamentos da Diretoria Administrativa;

8.2.6. na hipótese de descumprimento total ou parcial do objeto ou de disposição contratuais, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da CONTRATADA para o cumprimento incontinenti das obrigações inadimplidas;

8.2.7. analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente.

8.3. Ao **Fiscal Técnico** compete, entre outras atribuições:

8.3.1. acompanhar, fiscalizar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas neste Instrumento e seus anexos;

8.3.2. prestar à CONTRATADA as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratual, inclusive as de ordem técnica afetas ao seu cargo efetivo, função comissionada ou formação profissional;

8.3.3. anotar em registro próprio ou formulário equivalente e comunicar ao Gestor sobre eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas à CONTRATADA;

8.3.4. efetuar o recebimento provisório e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da CONTRATADA para que proceda, incontinenti, a retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto ou disposições deste Contrato e seus Anexos;

8.3.5. assessorar o recebimento definitivo, certificando-se que o objeto fornecido atende a todos os requisitos físicos e técnicos e especificações de quantidade e de qualidades, preço e prazos entre outras condições previstas neste Instrumento e seus Anexos.

8.4. Ao **Fiscal Administrativo** compete, entre outras atribuições:

8.4.1. Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos.

8.5. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata esta Cláusula serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

8.6. Caso o gestor/fiscal designado venha a ser alterado durante a vigência deste Contrato, a nova designação se dará por ato próprio da Administração, dispensando-se a lavratura de termo aditivo.

CLÁUSULA IX – DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento referente ao objeto será efetuado após a entrega e aprovação de sua totalidade.

9.1.1. Não haverá qualquer espécie de pagamentos antes da entrega integral do objeto, incluindo-se nessa condição a entrega de materiais e/ou equipamentos.

9.2. Por ocasião da entrega do objeto contratual, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor Nota Fiscal discriminada dos materiais fornecidos e dos serviços prestados, sem prejuízo dos demais documentos determinados neste Contrato e seus anexos.

9.3. A Nota Fiscal entregue pela CONTRATADA deverá conter, obrigatoriamente:

9.3.1. a razão social completa e o número no CNPJ de acordo, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da nota de empenho e do Contrato;

9.3.2. o nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta-corrente da CONTRATADA;

9.3.3. a informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.4. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

9.4.1. “Recebimento provisório”: será lavrado na data da entrega do bem e/ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento.

9.4.2. “Recebimento definitivo”: será lavrado em até 10 (dez) dias corridos após o “recebimento provisório”, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021, compreendendo a aceitação do bem e/ou do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

9.4.3. “Atesto”, será lavrado após o “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

9.4.4. não sendo o caso de termo circunstanciado, o “atesto” supre os efeitos do “recebimento definitivo”;

9.4.5. o não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o “atesto”, implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

9.5. O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito em conta-corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do atesto na Nota Fiscal.

9.6. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste instrumento.

9.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA X – DA MORA

10.1. O atraso na execução do objeto contratado, sem justificativa por escrito aceita pela Administração, constitui a CONTRATADA em mora, sujeitando-a à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, apurada sobre o valor total da obrigação em atraso, a contar da data final do prazo estipulado para execução do objeto, observado o limite de 12% (doze por cento).

10.2. Ocorrendo hipótese de multa de mora, o valor correspondente será retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à CONTRATADA ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

10.3. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, sujeitando-se a CONTRATADA às multas e penalidades previstas (sanções).

CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

11.1. O inadimplemento total ou parcial do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa de 20% (vinte por cento), aplicável sobre a parcela inadimplida.

11.2. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) do valor do faturamento a que corresponde a obrigação.

11.2.1. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da CONTRATADA em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

11.3. Ocorrendo hipótese de multa de mora, o valor correspondente será retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à CONTRATADA ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

11.4. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, sujeitando-se a CONTRATADA às multas e penalidades previstas (sanções).

11.5. Na forma prevista no art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, além das sanções pecuniárias estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I daquele dispositivo, quando der causa à inexecução parcial

do Contrato.

11.6. Nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 3 (três) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União Federal, além de descredenciada do SICAF, no caso de:

11.6.1. dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.6.2. dar causa à inexecução total do Contrato;

11.6.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.7. Nos termos do art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, a CONTRATADA poderá ficar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, suas Autarquias e Fundações, além de descredenciada do SICAF, pelas infrações previstas no item anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e no caso de:

11.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

11.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

11.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

11.8. Na aplicação das sanções previstas neste Contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programas de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, bem como os antecedentes da CONTRATADA, sendo facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do que dispõem os arts. 157 e 158 da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. Aplica-se às hipóteses de multas de que trata esta Cláusula, o mesmo procedimento de retenção do valor correspondente previsto para a multa de mora.

11.10. As multas ou outras penalidades aplicadas, inclusive no caso de mora, serão registradas no histórico da CONTRATADA, no SICAF.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA XII - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. Para efeitos desta Cláusula, CONTRATANTE e CONTRATADA passam a ser referidos como PARTES.

12.2. As PARTES, por si e por seus colaboradores, comprometem-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Privacidade, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei n.º 13.709/2018 e a Resolução n.º 363/2021 – CNJ.

12.3. A coleta, processamento e armazenamento de informações e dados pessoais coletados em decorrência do objeto deste Termo, ou sua operacionalização, será realizada pelas PARTES visando unicamente ao cumprimento de seu objeto, dentro de seu escopo e segundo sua permissão e finalidade de acesso.

12.4. As PARTES declaram que os dados pessoais coletados no presente Contrato serão aqueles estritamente necessários para o cumprimento das obrigações assumidas, e não sofrerão nenhum outro tipo de tratamento, nos termos do artigo 7º, inciso IX da Lei n.º 13.709/18.

12.5. As PARTES se comprometem a utilizar e manter medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida, bem como para fornecer acesso aos titulares de tais dados caso solicitado.

12.6. As PARTES comprometem-se a treinar e orientar seus colaboradores sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

12.7. As PARTES declaram, garantem e concordam que as Informações e Dados Pessoais, quando compartilhadas entre ambas, serão tratadas como confidenciais e sigilosas, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

12.8. Cada PARTE se compromete a obter e apresentar a outra PARTE, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos Termos de Consentimento e Autorização dos titulares para tratamento dos dados pessoais dos quais forem Controladoras, bem como, os respectivos Termos de Compromisso e Responsabilidade pelo Acesso e Tratamento de dados realizado por seus colaboradores.

12.9. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da outra PARTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

12.10. Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra PARTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

12.11. Cada PARTE deverá notificar à outra em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais, que possa caracterizar um Incidente de Privacidade, como destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados de Informações Pessoais transmitidos, armazenados ou processados de outra forma, informando, ainda, a natureza do Incidente de Privacidade, as categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de Informações Pessoais impactados por tal Incidente de Privacidade.

12.12. As PARTES concordam em cooperar plenamente uma com a outra, investigar e resolver qualquer incidente de privacidade e fornecer à outra PARTE qualquer informação necessária para a solução do incidente, minimizando todos os impactos causados.

12.13. As PARTES responsabilizam-se, integralmente, por qualquer violação, comprometimento e/ou vazamento de dados a que derem causa, durante e em decorrência da execução Contrato, seja direta ou indiretamente, devendo indenizar os danos que causarem, seja à outra PARTE ou a um titular de dado, seja ele patrimonial, moral, individual ou coletivo ainda que por culpa ou dolo de terceiros que, em seu nome, atuem no tratamento de dados pessoais.

12.14. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, as PARTES interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), na forma do artigo 16 da Lei n.º 13.709/2018, salvo quando necessitem mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na mesma norma.

CLÁUSULA XIII – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 104 e art. 124, e poderá ser extinto consoante disposição do art. 106, inciso III, c/c os art. 137 e 138, todos da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XIV - DOS ANEXOS

14.1. Integram este Contrato, como anexos, as cópias da proposta apresentada pela CONTRATADA (doc.), do Anexo I – Termo de Referência (doc.) e da Ata de Realização do Pregão (doc.), dos quais os signatários declaram ciência.

14.2. Prevalecem as disposições deste Instrumento em face de condições discordantes constantes da proposta da CONTRATADA ou que impliquem prejuízo às prerrogativas da Administração, estabelecidas no artigo 104 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XV - DO REAJUSTE

15.1. O valor constante na Cláusula do Preço será reajustado após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração (22/09/2023), ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021.

15.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.2. Caso ocorra, o reajustamento contratual será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação

determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_0)/I_0) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I₀ = Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor Contratual.

CLÁUSULA XVI – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos, empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto deste Contrato.

16.1.1. O acompanhamento e fiscalização do objeto contratual exercidos pelo CONTRATANTE, não exclui em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, inclusive perante terceiros.

16.1.2. O CONTRATANTE estipulará prazo razoável para o saneamento de irregularidade ou ilegalidade, bem como a reparação ou indenização de eventuais prejuízos ou danos causados ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros.

CLÁUSULA XVII – DO CÓDIGO DE CONDUTA

17.1. Conforme o Art. 5º do Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela Resolução n.º 147 – CJF de 15/04/2011, o CONTRATANTE não será tolerante com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

17.1.1. As atitudes discriminatórias ou preconceituosas previstas neste item considerar-se-ão como não cumprimento de obrigação acessória, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na Cláusula relativa às sanções, constante deste Instrumento.

CLÁUSULA XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta contratação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela CONTRATADA na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

18.2. Todos os documentos exigidos em razão do presente Contrato, deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor de unidade do CONTRATANTE, responsável pela sua instrução.

18.3. A CONTRATADA DECLARA a inexistência, no seu quadro societário, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, o que implicaria impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução n.º 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

18.3.1. O impedimento estende-se na hipótese de ter a CONTRATADA, no quadro de pessoal, empregados destinados à prestação de serviços decorrentes deste Contrato, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, consoante determinado na Resolução n.º 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

18.4. O presente Instrumento será firmado através de sistema de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, garantida a eficácia das Cláusulas cujo compromisso é assumido.

CLÁUSULA XIX – DA PUBLICIDADE

19.1. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 91, *caput* da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE promoverá a publicação deste Contrato em sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA XX - DO FORO

20.1. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas deste Ajuste.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO ACOSTA PINTO, Diretor do Núcleo de Licitações e Contratos**, em 08/11/2023, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **6941755** e o código CRC **17FA7945**.